

SESSÕES DO PLENÁRIO

128ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de dezembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente faz a leitura do expediente despachado pela Presidência em 11/12/13.)

OFÍCIOS

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 04, 07 e 26/11/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Carlos Brasileiro, comunicando sua ausência das sessões nos dias 07, 15 e 21/10/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar e 18/10/2013, em participação à cerimônia de sepultamento da Sra. Ana Rosa Brasileiro Lopes, no município de Senhor do

Bonfim.

Do Dep. Nelson Leal, comunicando sua ausência das sessões nos dias 12/08, 22/08, 02/09, 12/09, 17/09 e 26/09/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:-Sr. Presidente, demais deputados, hoje pela manhã tivemos várias reuniões aqui, entre as quais a CPI da Telefonia e também uma audiência pública com os alguns professores, estudantes e funcionários das universidades estaduais. Foi uma audiência pública bastante produtiva em que contamos com a presença de reitores, estudantes, professores e funcionários para debater a necessidade de fortalecimento e de mais verbas para a educação. Claro que o orçamento do Estado tem que fechar e é preciso contemplar todos os setores.

Todos os setores do nosso Estado reivindicam aumentar seu percentual no orçamento. A Saúde, a Educação, a Infraestrutura, enfim todas as secretarias reivindicam aumentar o percentual. E, se aumentar de todos, a conta não bate, até porque para aumentar para um segmento precisa diminuir do outro. No entanto, acho que a educação é fundamental, precisamos analisar com muito carinho os problemas da educação. Inclusive dentro dessa lógica do movimento nacional dos estudantes, da sociedade de uma maneira geral, da própria presidenta Dilma que defende 10% do PIB para a educação. Acho que temos que estabelecer essa política de Estado e valorizar e investir mais na educação, fazer esse esforço permanentemente. Investir na educação significa, talvez não a curto prazo, mas a médio e longo prazo significa reduzir os custos em outras áreas, como a Segurança Pública, a Saúde e demais áreas.

Então a educação efetivamente tem uma importância muito grande para toda a sociedade. E é por isso que eu defendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que deve existir, ela precisa impor os limites, mas é preciso fazer, talvez, uma mudança nessa lei. Acho que alguns setores fundamentais, como a educação, saúde, não podem ficar subordinados aos percentuais de uma legislação que, na minha opinião, precisa ser flexibilizada, pelo menos no que se refere aos setores essenciais.

Por isso a audiência pública de hoje foi muito importante, quando os professores, os alunos, os funcionários refletiram sobre a necessidade desse orçamento, analisarmos a possibilidade, de ele aumentar o percentual para a educação, buscando avançar para ver como equilibrar com os outros setores, porque as universidades estaduais estão precisando, assim como os Ensinos Fundamental e Médio.

Temos avançado muito na educação. O governo estadual avançou muito nessa área na Bahia. O federal também, mas precisamos investir muito mais. Só para se ter uma ideia, tínhamos aqui apenas 5 escolas técnicas. Hoje temos 31 e vamos avançar

para 40. Tínhamos 4 mil alunos no Ensino Profissionalizante. Atualmente, temos 65 mil. Tínhamos apenas uma universidade federal, e hoje temos 5.

Então, os investimentos dos governos federal e estadual foram muito fortes na educação. Isso mostra que eles estão preocupados com essa questão, que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer Estado e consequentemente do nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Deputado Adolfo Menezes, presidente desta sessão, Srs. Deputados, colegas da Imprensa, nós estamos nesta tribuna mais uma vez, meu caro deputado Gaban, a cobrar da Bancada do governo explicações sobre a tal dispensa de licitação na Secretaria de Ciência, Tecnologia...

O Sr. Gaban:- Não esqueça: e Inovação.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) e Inovação. Está inovando. Ontem fiz este questionamento e esperei o pronunciamento do Líder da Maioria, deputado Zé Neto, que sobre este tema mergulhou profundamente num silêncio sepulcral. Busquei também a fala do Líder do PDT, o caríssimo amigo deputado Euclides Fernandes, que também mergulhou num silêncio sepulcral. Não deu nenhuma explicação.

Como é que aquela secretaria cancela uma licitação que uma empresa de *know-how* venceu para a construção de um prédio no valor de 42 milhões?! A licitação é cancelada, a segunda empresa não é convocada, posteriormente se faz uma dispensa de licitação e aí o valor passa para R\$ 53, 5 milhões!

É a respeito dessa denúncia que o deputado Gaban trouxe - alicerçada, lastreada em fatos reais, concretos e palpáveis - que estamos a cobrar uma explicação da Bancada governista. Em nenhum momento ele maculou a imagem do secretário Paulo Câmara. Também em nenhum momento nós maculamos a imagem do secretário da Segurança, cuja secretaria foi a repassadora do dinheiro. Mas estamos querendo saber o que de fato aconteceu, até porque pairam dúvidas e é necessário que sejam dirimidas, esclarecidas, que as cartas sejam colocadas na Mesa. Eu não tenho dúvida, meu caro deputado Euclides Fernandes, creio que com a sua preocupação.

Ontem mesmo V.Ex^a deve ter procurado o governador Paulo Souto, aliás, Jaques Wagner; Paulo Souto V.Ex^a vai procurar em 2015. Creio que ontem mesmo V.Ex^a procurou o governador Jaques Wagner, para levar a sua preocupação, buscando esclarecimento dos fatos.

A Bancada de Oposição, em nome do deputado Elmar Nascimento, não está duvidando da idoneidade do Secretário Paulo Câmara, mas o fato é escabroso, o fato suscita dúvidas e preocupações, creio que não só na Bancada de Oposição, mas também na Bancada do Governo. Nós queremos saber o que, de fato, aconteceu, e por que a Bancada está calada.

Ontem, o deputado Rosemberg, num ato *kamikaze* e corajoso, é verdade, tentou defender com as explicações do Secretário Paulo Câmara, mas as explicações não

estavam alicerçadas, e ele acabou tendo crises de riso, num momento em que a Bancada de Oposição não entendeu, meu deputado Carlinhos Brasileiro, não entendeu essa taxa de crescimento. É o PAC da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

De modo que a Bancada de Oposição, mais uma vez, cobra do Líder do Governo, meu caro deputado Joseildo Ramos, Bira Corôa, Carlinhos Brasileiro, parabéns a Carlinhos Brasileiro que ontem logo acionou o secretário César Lisboa, passou o bozó para a frente, jogou para a frente (*segura que o filho é teu*) e saiu de baixo, porque não tem uma explicação plausível e concreta. Nós não estamos duvidando da idoneidade de A, de B ou de C, mas o fato nos deixa e suscita dúvidas e preocupações.

Veja como está o Líder do PDT, casacudo ali, olhem como ele está taciturno, acabrunhado, cabisbaixo. É o Líder do PDT, Euclides Fernandes. Quando é que ele vai subir a esta tribuna para falar o que de fato aconteceu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tinha até um e-mail para ler, mas o tempo já se esgotou, fica para o Grande Expediente hoje, se houver.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, nobres colegas parlamentares, servidores desta Casa, Imprensa, quero apenas tecer um comentário sobre esse tema, nobre deputado Carlos Geilson, de que nós não estamos propositadamente ou por temer alguma coisa.

Eu fui prefeito por 08 anos e aprendi que para se fazer a defesa de qualquer pessoa é preciso ter argumento e elementos. Em nenhum momento acho que a omissão dos deputados ligados ao governo representa estar acusando o secretário Paulo Câmara. Nós não podemos aqui contra-argumentar a Oposição, que está no seu papel, sem os elementos. É preciso que tenhamos cópia dos editais para sabermos se é o mesmo edital.

Eu quero acreditar na palavra do deputado Carlos Gaban, que mesmo sendo Oposição tem agido aqui com discursos coerentes de que o edital é o mesmo, apenas mudou de uma secretaria para outra. Em sendo assim, algo tem que vir escrito, e isso eu fiz, o pedido ao nobre secretário Paulo Câmara de que eu gostaria de fazer a defesa da Secretaria de Ciência e Tecnologia, desde que eu tivesse dados para fazê-lo. Como até agora não chegou, ficamos no aguardo para que possamos, se for conveniente, fazer a defesa dessa situação. Eu tenho certeza absoluta de que o governador não comunga, e nesse momento deve estar apurando os fatos a tomada de decisão.

Quero também, neste momento, abraçar o companheiro Joseildo, parabenizá-lo pela iniciativa de começar um processo para que consigamos implantar, deputado

Gaban, a Universidade Federal do Nordeste da Bahia. Parabenizo-o e agradeço-lhe por ter nos convidado a engrossar essa fileira na busca e na defesa da implantação dessa universidade, porque parece que até nós, da Bahia, que sempre falamos do Sul do Brasil como local de mais importância, quando se considera o nosso Estado, as “preferências”, entre aspas, também tendem a ir para o Sul do nosso Estado. Parece que esta palavra – “sul” – é muito mais abrangente e mais cativante do que “norte” e “nordeste”.

Então, vemos a implantação das faculdades federais no nosso Estado, e é uma grande conquista. Não temos nada contra as pessoas do Sul nem Sudoeste da Bahia, nem de outras regiões, mas o Nordeste deve ser pensado, que tem o maior número de municípios no Semiárido. Municípios que precisam da ciência, tecnologia, investimentos e estudos para buscar alternativas de convivência com a seca, quando chega. A nossa faculdade federal está quase em última instância. Ainda bem que Deus iluminou o nobre deputado Joseildo Ramos, que já teve o abraço do deputado Zezéu Ribeiro e de outras autoridades.

Quero-me solidarizar com V.Ex^a, deputado Joseildo, obrigado pelo convite. A partir de agora vamos entrar nessa luta de forma bem ferrenha, para que também consigamos implantar a Universidade Federal do Nordeste. É uma das regiões mais sofridas do Estado da Bahia, não só com relação à estiagem, mas também na questão educacional, na preparação da terra, na habitação e na geração de emprego e renda. Então, acredito que essa universidade trará grandes dividendos para a Bahia e, principalmente, para essa região, que, repito, está carente de tantos investimentos.

Por isso, contem conosco. Toda a região deve ser envolvida para que possamos ter um pensamento único desses mais de 150 municípios que vão ser beneficiados pela implantação desse núcleo educacional, que, com certeza, se for instalado, trará grande desenvolvimento para aquela região, que precisa muito mais que tantas outras que estão na vanguarda e criando suas universidades. Por isso, coloco o nosso apoio e agradeço por este momento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA: - Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, Sr^{as} e Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do nobre parlamentar Carlos Geilson, que cobrava uma explicação da Bancada do governo, da própria secretaria que fez essa licitação, a qual chama a atenção de todos pela forma como foi feita, pela forma como o processo foi conduzido.

O deputado Gaban, ontem, já dissera desta mesma tribuna que a empresa que havia ganho a licitação era uma grande empresa, já tinha, inclusive, construído grandes obras, deputado Pedro Tavares, aqui no Estado da Bahia. De repente, essa mesma secretaria cancela a licitação e faz, num processo com dispensa de licitação,

um aumento de quase 26% em relação à licitação anterior, feita pela própria secretaria e ganha pela Construtora Civil.

De fato, ficamos aqui a aguardar uma resposta, uma explicação da parte do governo do Estado, ou através da secretaria ou dos próprios parlamentares que compõem a Bancada do governo nesta Casa. Gerou, de fato, para nós, da Oposição, uma dúvida muita grande no processo.

Não sabemos se foi um erro da secretaria ou o que, de fato, aconteceu. O deputado Carlinhos Brasileiro ocupou esta tribuna e disse que a secretaria ainda não tinha condição de dar um esclarecimento. Temos de ter certeza de que o governo: ou vai cancelar a licitação, ou vai mandar os esclarecimentos para que fiquemos, aqui, com a consciência tranquila de que a licitação aconteceu da melhor maneira possível.

A expectativa da Oposição com relação ao governo do estado é a clareza nos atos até para que os poucos recursos que ainda tem esse governo que, de fato, não usou da melhor maneira possível. O fato é que o estado da Bahia está em uma péssima situação financeira. Espera-se que o pouco, que ainda resta nos cofres do estado, não seja desperdiçado. De maneira que vamos ficar, na Oposição, aguardando a explicação ou o cancelamento dessa licitação ou desse processo de dispensa de licitação.

Aproveitando o tempo que ainda tenho, deputado Carlos Geilson, eu faço política no Norte do estado. Estou frequentemente lá.

Tive, há pouco tempo, o prazer de ir ao Extremo Sul da Bahia na companhia do pré-candidato ao governo do estado da Bahia, João Gualberto, que, sem sombra de dúvida, teve a capacidade de transformar Mata de São João e transformar a vida das pessoas naquele município.

E, há 15 dias, estivemos no Extremo Sul, região que tem uma realidade completamente diferente do Norte do estado que possui uma seca muito forte. No Sul, eles têm uma realidade um tanto diferente. Mas, ao mesmo tempo, a região ainda é carente de algumas ações do governo do estado. E eu venho a esta tribuna, justamente, para chamar a atenção do governo do estado para aquela região que precisa de uma atenção, também, especial.

Eles têm, lá, um rebanho de quase 2 milhões de cabeças de gado. E solicitam maior sensibilidade do governo do estado no que diz respeito à construção de frigoríficos, porque a demanda é muito grande. Eles têm uma dificuldade porque têm de transportar o gado por quase 5 horas de relógio. Isso, de fato, também, gera um desgaste nos animais e a carne bovina acaba perdendo o valor com o transporte. Eles estão solicitando ao governo do estado uma atenção especial. E eu venho a esta tribuna fazer esta cobrança para que o governo preste a atenção.

Lá, no município de Casa Nova, precisamos de um matadouro. Isso já foi prometido há muito tempo. Mas, de fato, tais pedidos ficam na promessa, na promessa e na promessa!

E, aqui, eu venho chamar a atenção para que o governo tenha uma atenção especial ao Extremo Sul da Bahia que carece de frigoríficos para que a região possa, de fato, escoar a sua produção da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes, todos os que nos ouvem e nos assistem, mais uma vez, venho à tribuna para tratar de um assunto que a nossa Assembleia vai se ocupar durante os quase 140 dias que teremos pela frente que é a CPI da Telefonia. E, através dos trabalhos dessa CPI, nós vamos poder nos debruçar mais sobre o que temos de consequência, o que temos de resultado acerca de todo um processo da nossa história recente da privatização dos serviços estratégicos, principalmente os serviços de telecomunicação.

Aqui no Brasil, a concessão, melhor, a privatização desses serviços seguiu um figurino ímpar quando comparado com outras localidades mundo afora.

A Inglaterra foi o país que inaugurou este processo de privatização dos serviços considerados estratégicos e básicos, não houve concentração no ato de privatização. Parcelas amplas da sociedade e das corporações tiveram acesso às ações, aos investimentos, e não houve o processo de oligopolização dos investimentos nos serviços privatizados. As agências de regulação, antes do processo ter seguimento, foram estabelecidas e regulamentadas. E, no nosso caso, as agências de regulação vieram depois de um processo de privatização sem a discussão necessária e com um processo absurdo, avassalador, de concentração de oportunidades. Principalmente a venda daquilo que era estratégico do ponto de vista do interesse nacional para poucos grupos que tomaram conta das telecomunicações.

É fato que a acessibilidade aos meios se expandiu como em nenhum outro país no mundo. Entretanto, nós também temos a tarifa mais alta, os piores serviços, a fiscalização, o controle, a regulação, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, todas as possibilidades de controle, de participação popular, nada disso ocorre de maneira integrada.

E essa CPI que vai se debruçar sobre essa matéria e que foi conformada aqui nesta Casa de maneira suprapartidária tem a oportunidade ímpar, única, de trazer à baila, de mergulhar fundo nos problemas e oferecer possibilidades de intervenção com qualidade. Podendo se estabelecer termos de ajuste e de conduta, ou também ações coercitivas a partir do poder de polícia que esta Casa tem para fazer com que as concessionárias, as operadoras, respeitem minimamente o interesse do cidadão, o interesse da sociedade, o interesse do consumidor.

Sei que temos uma responsabilidade imensa, inclusive a CPI se instala na véspera do recesso parlamentar. Entretanto, a responsabilidade de todos os parlamentares que integram essa CPI têm a obrigação de oferecer para a sociedade - nós que a representamos do ponto de vista do Parlamento - resultados concretos. A exemplo do que se fez no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, onde as empresas realmente foram “convencidas” a respeitar, a adiantar os níveis de investimento, fazendo com que os serviços no Sul deste país sejam prestados com

melhor qualidade.

Portanto, acho que essa é uma das poucas condições que temos de fazer valer o nosso mandato e, de uma vez por todas, oferecermos ao nosso querido Estado algo de qualidade para entrar na história deste Parlamento de maneira definitiva.

Muito obrigado por sua paciência, Sr. Presidente, que está telefonando, marcando um grande compromisso na sua atividade parlamentar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, fizemos aqui uma denúncia baseada nas publicações do *Diário Oficial* do Estado. O cancelamento de um contrato feito no valor de R\$ 42 milhões, e depois, com dispensa de licitação, contratou-se uma empresa por R\$ 11 milhões e 500 mil a mais, ou seja, o contrato passou de R\$ 42 milhões para R\$ 53 milhões e 500 mil.

Deputado Carlos Brasileiro, concordo com a colocação extremamente equilibrada de V.Ex^a ao dizer que não se pode fazer defesa sem ter argumentos. E não há dados para se fazer a defesa, estou afirmando. Posso afirmar mais uma vez a V.Ex^a que o escopo de trabalho da Civil Construtora, contratada por R\$ 42 milhões, é idêntico. Com o agravante de que alguns serviços já foram iniciados pela Civil Construtora.

Então, se compararmos uma coisa com a outra, estaremos comparando R\$ 42 milhões, com o escopo de serviço realizado, que o governo terá de pagar à Civil, e, além disso, terá que pagar R\$ 11 milhões e 500 mil a mais.

Esperamos, é lógico, que o governo tenha cuidado e tome as providências.

Há aquele velho ditado que diz: “Quem cala diante de uma corrupção é, no mínimo, conivente.”

Tenho certeza absoluta de que o governador do Estado da Bahia, pela responsabilidade que tem com a sociedade e com o próprio mandato, não será conivente com esse tipo de desvio de conduta na administração pública do Estado da Bahia. É lógico.

O Líder do PDT também não fez a defesa porque não tem dados.

Ontem, agindo de uma maneira correta, porque isso valoriza o Parlamento, o Líder do PT se manifestou, ligando para o secretário Paulo Câmera, que prestou informações. O Líder do PT foi claro em dizer: “Não estou fazendo defesa, consultei o secretário e estou retransmitindo o que ele está passando.”

O secretário disse que não havia ar-condicionado. O que demonstra que o órgão não tinha estrutura, que é o que estamos denunciando aqui, para fazer o primeiro processo licitatório. Sem ar-condicionado, como é que ele vai querer colocar equipamentos de meio bilhão de reais? Todo aparelho de telecomunicações, de alta tecnologia ou não, tem que ficar em ambiente climatizado. Se a Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovação fez a primeira licitação, da qual saiu vencedora a empresa Construtora Civil, e não previu o ar-condicionado demonstra que não tinha

capacidade.

Poder-se-ia fazer um aditivo ao contrato para que a Civil colocasse o ar-condicionado. Mas ele quer justificar um processo de dispensa de licitação que gera um aumento de R\$ 11 milhões e 500 mil – aliás, muito maior que R\$ 11 milhões e 500 mil, porque será pago pelo Estado o que a Construtora Civil já fez – com um absurdo desse!

O esclarecimento tem que vir. Não temos condições de continuar votando alguma coisa na Casa se os esclarecimentos não forem prestados e as providências citadas tomadas imediatamente.

O fim de semana está aí. Espero que seja cancelada essa dispensa de licitação, que nos cheira a fraudulenta pelo volume de recursos envolvidos no processo, que deve ser – não sei quanto, porque no Transparência Bahia e no Fiplan Gerencial não há dados do que a Civil faturou nesse período, mas a estrutura já está feita lá –, no mínimo, em torno de R\$ 12 milhões e 500 mil.

Não é apenas a diferença do contrato, repito, com dispensa de licitação, meu caro Carlos Brasileiro, mas a desfaçatez – perdoe-me o termo, não estou lembrando de outro agora – do secretário Paulo Câmara de dar uma justificativa ao Líder do PT, que até ligou para tentar ajudar, dizendo que implantou uma taxa de aceleração.

Pelo amor de Deus, o que é isso!

V.Ex^a já foi prefeito de Senhor do Bonfim e tem muitos serviços prestados lá, como também o deputado Joseildo Ramos, em Alagoinhas. V.Ex^{as} nunca aplicaram taxa de aceleração. O nome disso é outro! Vamos aguardar a conclusão dos fatos para ver o que significa essa taxa de aceleração. Isso não existe!

Como disse o secretário, é diferente na administração pública e na área privada, porque na privada tem-se que ter cuidado com os preços, fazer enxugamento de preços ou então não haverá preço competitivo no mercado. No Estado, tem que haver fiscalização, meu caro Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, que agora chega ao plenário. Nós estamos fazendo nosso papel de Oposição, mas ajudando o governo do Estado para que não tenha corrupção. E não pode ter impunidade. O exemplo tem que ser dado de uma maneira muito clara. Da mesma forma que o Supremo, com o grupo do mensalão, tem que ser feito aqui na Bahia para que não se prolifere ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Para concluir, nobre deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Porque o silêncio é conivente com as coisas erradas e se errar num momento desses é crucial para a economia e para o governo. Além de perder todo mundo, toda a sociedade que vê os recursos sendo aplicados para a melhoria da Segurança Pública do nosso Estado. Já que os recursos serão repassados pela Secretaria da Segurança Pública, a gente vê desvio de conduta e dinheiro sendo jogado no lixo.

Por isso, meu caro presidente, não pode o governo ficar silente. O governo tem que se manifestar através do Diário Oficial, no fim de semana, cancelando em primeira mão esse processo de dispensa de licitação, posteriormente tomando as

medidas administrativas para acelerar, aí sim, talvez, a saída do secretário.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Com a palavra o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, acredito que o deputado Gaban tem responsabilidade e tem denunciado desde ontem esse absurdo, pelo que ele fala. Esperamos a resposta do secretário, porque o assunto é grave. Trata-se de milhões, acredito que ele deva dar explicação.

Srs. Deputados, aproveito esta tarde, e vejam a coincidência, deputado Carlos Geilson, porque no dia de ontem usei esta tribuna para falar da questão da violência em nosso Estado. Sr. Presidente, eu falava ontem que é um assunto da maior gravidade o que acabei de ter notícia no momento. No dia de ontem mesmo eu falava, desta tribuna, sobre a insegurança, a violência desenfreada em nossa cidade. Não podemos ir para lugar nenhum sob o risco de sermos assaltados, rogando a Deus que seja só assalto, sem que aconteça nada mais.

A esposa do candidato a governador Rui Costa, há poucos dias, foi assaltada. Os jornais de hoje noticiam que convidados do prefeito ACM Neto foram assaltados, o deputado José Carlos Aleulia foi assaltado, o Comandante da Polícia Militar foi assaltado. Falando só dos notáveis. Claro que é uma tristeza acontecer com qualquer vítima. Parece que eu estava adivinhando, deputado Carlos Geilson, falei sobre esse tema e dizia que tínhamos que rezar, porque não sabíamos quem seria a próxima vítima. Para minha tristeza, acabei de receber uma ligação dando conta de que um sobrinho de meu pai, Altamirando Menezes, na noite de ontem, tomou dois tiros, e uma das balas está alojada na coluna. Neste momento, está em estado crítico. Parece que eu estava adivinhando, porque no dia de ontem mesmo houve mais uma vítima na minha família. Como há milhares de famílias chorando por seus parentes.

Infelizmente, essa é a triste realidade daqui da Bahia, da área da Segurança. Estão aí os índices comparativos aos outros estados que só fazem crescer. Faço parte da base do governador Wagner, nela continuo e continuarei, mas não vou me calar quando vir alguma coisa errada.

É claro que é uma situação complexa esta da segurança pública. O governador tem despendido a cada dia mais recursos. Porém não podemos continuar com essa terra de ninguém que se implantou tanto aqui na Bahia quanto no Brasil, nuns lugares menos do que nos outros.

Não é possível que os deputados federais e o Congresso Nacional continuem de costas para o que está acontecendo nesta Nação! Essa bandidagem, esses bandidos cometendo crimes de dentro da cadeia! Parece que este País não tem homem! Parece que este País não tem homem!

O Sr. Joseildo Ramos:- Tem mulher na Presidência.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Mulher nós dispensamos. Mas parece que não tem homem!

(O deputado Joseildo Ramos fala fora do microfone.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- É verdade, deputado Joseildo Ramos. Estou com uma certa revolta. Tenho certeza de que os nossos colegas deputados federais...

Um pouco de tolerância, até porque hoje, para variar, o Plenário está vazio mais uma vez. Não há concorrência para falar aqui.

Quando digo isso, claro, deputado Joseildo Ramos, generalizo, porque também não gosto muito de jogar para a plateia. Sou meio rude porque não tive oportunidade de estudar no Instituto Rio Branco. Não fiz curso de diplomata e, às vezes, nos meus posicionamentos sou um pouco rude, porque é de revoltar, deputado Carlos Geilson! O Congresso sabe como melhorar muitas coisas. Se continuarmos com essa impunidade a cada dia, não tem governador, não tem presidente da República que dê jeito!

A polícia faz uma *blitz* em qualquer presídio brasileiro hoje e recolhe dois mil celulares, facas, revólveres! Na próxima semana, se fizer outra, já tem o dobro! O que acontece?

Sobre a maioria penal, temos vários estudiosos entregando propostas de reforma do Código Penal, que já tem 70 anos. Mas não votam nada! São mil ideias, mil proposições, mas não votam nada!

Então, Srs. Deputados, é esse o sentimento do povo brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir.

Quando se faz uma pesquisa, a principal preocupação é com a segurança pública, deputado Carlos Geilson. Depois a saúde, depois a educação. Vejam que a educação está em terceiro lugar, quando deveria ser a mais importante.

O Sr. Zé Neto:- O tempo está esgotado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Deputado Zé Neto, como é o Líder e fala direto aqui, V.Ex^a. tenha um pouco de tolerância. Já vou encerrar o meu pronunciamento. Obrigado.

Essa é a triste realidade no Brasil, não só aqui na Bahia! E acaba parecendo que os integrantes do Congresso Nacional, como há poucos dias disse a capa da revista, estão em outro planeta, de costas para o que ocorre neste País.

Vou encerrar, Zé Neto, meu Líder.

Como este Brasil quer atrair turistas? Primeiro, os preços se equiparam ou são maiores do que em qualquer outro país do mundo. Segundo, o que sai lá fora é aquela barbárie nos estádios. O Ministério Público proíbe a polícia de entrar nos estádios. Tudo é uma esculhambação! Esse é o termo - pesado, mas é! É uma barbárie! Quais são as imagens que saem lá fora com todos vocês assistindo? As daquela barbárie nos estádios, às vésperas da Copa do Mundo! Um canadense que veio fazer negócios aqui no País vai visitar a praia, na Baixada Santista, e é fuzilado, deputado Gaban! É isso que aparece nas TVs lá fora!

Quem vai passar 10 horas dentro de um avião quer ir para outros países, pois lá é muito mais tranquilo.

Pois não, Líder Zé Neto. V.Exª pode falar agora.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, gostaria de dizer ao deputado Elmar que não precisava V. Exª derrubar a sessão no Pequeno Expediente. Houve atraso tanto do deputado Gaban, que passou 2,5 mim a mais, como do deputado Adolfo Menezes... V. Exª sempre tem a minha aquiescência nessas coisas, bobagem.

Eu concordo que quando há qualquer dúvida na coisa pública deve-se buscar transparência. Você viu uma nota de esclarecimento do secretário? E acho que... Primeiro, com relação a algumas questões, que não tinha tido licitação, eu não sabia, não dá para saber de tudo no Estado. Ele me disse que o aviso foi publicado em dois jornais, foi simplificado. Trouxe aqui algumas explicações sobre o que seria essa modalidade de atendimento público no tocante essa questão da aceleração e trouxe aqui a questão da produtividade, da necessidade de mais máquinas, do tempo que seria economizado na construção, e que o valor citado era de 53 milhões, oriundo de uma valor inicial de 42 milhões, tendo sido acrescido pela necessidade imperiosa do cumprimento do prazo exigido pela Fifa. A planilha de aceleração da obra tem como objeto caracterizar as condições e medições de custos totais. A obra terá que ser planejada, atacada por quatro frentes simultâneas.

Eu só digo o seguinte: quando essas coisas são colocadas, eu costumo dizer, muito tranquilamente, a, primeiro, não sou Oposição, mas como qualquer cidadão tenho o direito de questionar o Estado. E deve ser assim. Aliás, nós que inauguramos isso neste Estado. Nós é que somos responsáveis por neste momento da vida dos baianos termos atitudes dessa altivez. Eu ia até trazer uma nota técnica oriunda de parecer do Tribunal de Contas do Estado. Inclusive pedi ao secretário Paulo Câmara que qualquer convencimento deve-se dar em cima de situações práticas e legais. Não tenho aqui outra coisa senão a dizer que - essa nota que ele me trouxe e eu estou aqui passando quais são os posicionamentos gerais dele com relação a esse assunto - esse assunto deve ser tratado com mais profundidade e a Oposição pode ter certeza que vai ter a profundidade que merece.

Agora, quero, deputado Carlos Geílson, que aproveite esse embalo e vá lá em Feira de Santana, pegue lá uma dispensa, uma contratação “Autorizo a empresa Oficina Brasileira, de projetos de estrutura social e econômica...” - essa publicação está no jornal *Folha do Estado*, do dia 14 de novembro - “... para que se realizem estudos de viabilidade para concessão da construção de operação e manutenção do serviço do Centro de Logística e Ceasa do município de Feira de Santana.”

Essa empresa vai receber seis milhões de reais para fazer estudos técnicos. Eu até concordo, já aconteceu nesse governo e em governos anteriores, que quando forem estudos técnicos especializados e não tiver no mercado alguém capaz de fazê-lo, vou advogar, tudo certo. Agora, dizer que uma empresa vai ganhar seis milhões de reais para fazer um estudo de viabilização numa cidade plana como Feira, para um centro de logística e um centro administrativo, e isso é pouco? V. Exa, que eu

conheço, tem uma afinação grande com a legalidade, peço-lhe que traga a mesma explicação para esta Casa. São seis milhões de reais, sem licitação, sem qualquer situação que traga para nós alguma explicação do ponto de vista da legalidade dessa contratação. Não estou aqui acusando ninguém, não estou dizendo que é uma situação que eu já aponto como irregular de forma definitiva.

Agora, peço que da mesma forma que, com profundidade, nós estamos aqui trazendo a público as informações oriundas do secretário, que, de Feira de Santana, sejam trazidas também, deputado Carlos Geilson, que tanto fala meu nome aqui, que tanto coloca em cheque as coisas do governo a partir de minha pessoa, V. Ex^a não tem outra saída senão agir com a mesma convicção que tem agido aqui no Parlamento com relação ao governo do nosso Estado.

Quero dizer que inauguramos, nesta Casa e no Estado, a transparência pública. V.Ex^{as} reclamavam e diziam que precisavam de simultaneidade. Nós instalamos o Fiplan, e as informações estão chegando.

Há uma ou outra situação em que, deputado Gaban, infelizmente, a tecnologia não chega na velocidade que queremos, mas, onde o sistema está instalado com a fidelidade tecnológica necessária, já temos condição de dizer que avançamos, e muito, nesse processo de informação a todos os baianos.

Parece que na política alguns vivem olhando apenas para a frente. É preciso lembrar que nem só na política, mas também na vida, devemos ter, sim, um bom retrovisor. Claro, temos que ter um para-brisa sempre arrumado, com um bom limpador de vidro, sem estar embaçado, bem cuidado. Mas um retrovisor é fundamental que tenhamos.

Quando vejo alguns, aqui, falarem de processo licitatório, talvez...

O Sr. Gaban:- O tempo de V.Ex^a já acabou.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Tolerância! Tolerância!

Calma, deputado Gaban, V.Ex^a ultrapassou o seu tempo.

Pode concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a, deputado Gaban, ultrapassou 2 minutos e meio. Eu já vou encerrar. Falei 30 segundos a mais. V.Ex^a falou 2 minutos e meio a mais. Tive o cuidado de convocar o Líder da Oposição e perguntar-lhe se era possível me estender por 5 minutos, porque só havia 3 minutos. Ele concordou que eu prosseguisse.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Para concluir, deputado Gaban, eu não preciso dizer mais nada. Essa sua atitude já diz tudo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, um minuto, por favor. Até pela característica da sessão, houve uma tolerância com V.Ex^a de mais de 2 minutos. Eu passei uns 4 minutos, então acreditei que não seria problema se o deputado Zé Neto passasse 3 ou 4 minutos, até porque iremos derrubar a sessão daqui

a pouco.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, não questionei porque V.Ex^a usou um pouco mais de tempo.

Meu caro Líder do governo, futuro Líder da Oposição nesta Casa, a partir de 2015, gostaria de ponderar o seguinte: o Grande Expediente pertence à base do governo.

Acho que um assunto dessa relevância, uma dispensa de licitação com indício fantástico de corrupção por parte do governo, mereceria, na mínima hipótese, que V.Ex^a utilizasse o Grande Expediente.

Deputado Zé Neto, as notas taquigráficas estão de prova que V.Ex^a falou e não deu explicação nenhuma. Apenas nomeou alguns pontos.

Eu não preciso dar aula de gestão a V.Ex^a. Mas gostaria de dizer que as suas explicações não condizem com a realidade dos fatos. Primeiro, publicação do *Diário Oficial* de ontem: (Lê) “*Resumo de dispensa...*”

O Sr. Zé Neto:- Não vou ficar.

O Sr. Gaban:- Seja educado, deputado Zé Neto. Eu ouvi V.Ex^a, que não explicou nada, mas justificou que irá aprofundar-se no assunto. Mas não tem como aprofundar. Estou com um extrato da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, publicado no *Diário Oficial*, dizendo que é resumo de dispensa de licitação. Não houve nenhuma concorrência.

Está aqui a publicação. Ou o secretário está maluco ou o *Diário Oficial* fraudou as informações do secretário e publicou o que ele não mandou. É um resumo de dispensa de licitação publicado no *Diário Oficial* de ontem.

Segundo, não existe na administração pública qualquer contrato de aceleração antecipada. Quando se faz um contrato, coloca-se o prazo no edital. Não houve edital agora porque foi uma dispensa de licitação. E se fosse necessário o edital, teria que explicar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, eu pediria a V.Ex^a...

Acho que, por acordo, podemos reabrir, novamente, a discussão.

O Sr. Gaban:- Acho que deve reabrir, porque é fundamental. É um assunto de corrupção, Sr. Presidente, e se isso não for importante!.. São mais de R\$11milhões e 500 mil, contrato por contrato. O que a Civil já realizou terá que se abater no novo contrato. Estou falando de mais de R\$ 2 milhões e 500 mil, R\$ 3milhões, R\$ 13 milhões a mais do que o outro contrato. É importante!

E vêm explicações esdrúxulas. Não se pode, na administração pública, querer fazer presunção de uma antecipação. Não existe isso. Coloca-se, quando vai contratar, o objeto e o prazo de execução. No transcorrer de uma obra, quando existe um fato que venha a provocar a necessidade de uma antecipação, senta-se, vê-se o número de horas, o custo homem/hora e se estipula quanto é que vai precisar. Se for necessário um outro turno para antecipar, que se faça, mas, na contratação, falar em antecipação, cheira a corrupção. Não queria usar esse termo, mas V.Ex^a, deputado Zé Neto, obriga-me.

O que não pode é brincar com a inteligência de todos nós. O assunto tem que ser aprofundado, sim, pelo governo do Estado. Não podemos ficar calados perante um absurdo dessa natureza. Está certo que V.Ex^a diz que vai aprofundar. Porém, o governo já deveria ter aprofundado esse assunto. Não vai precisar da apuração do Tribunal de Contas do Estado porque o governo tem os meios jurídicos para ver que isso é uma irregularidade.

Dizer que foi feita uma licitação! Está aqui o resumo de uma dispensa de licitação, deputado Zé Neto.

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Eu estou nos meus 5 minutos ainda.

É dura a verdade para quem não quer ouvi-la. Se V.Ex^a não quiser ouvir a verdade, não venha citar as mentiras que o secretário lhe passou. Não se pode brincar com a inteligência de nenhum de nós.

Aceleração cheira a corrupção. Do ponto de vista jurídico, não há como se fazer um contrato e dizer que está prevendo que terá aceleração. Coloca-se no edital. Como não houve edital, faz-se o que quer. Na terra de Migué, faz quem quer.

Agora, o governo vai ficar com o ônus disso aí, porque, se ele for conivente, a ação vai ser inclusive contra o governador.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

Um minuto, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, em vez de pedir para ir à tribuna agora... Eu não quero verificação, não, Joseildo. O que questiono é a forma que o Sr. Presidente está permitindo ser conduzido. Aí, em vez de ir para a tribuna, eu vou pedir questão de ordem e ficarei no debate.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, deputado Elmar, deputado Joseildo, 1 minuto.

Eu, que, para ajudar, assumo, às vezes, esta cadeira como presidente dos trabalhos, pois não fui eleito, e o presidente de direito e de fato é o deputado Marcelo Nilo, tenho tido um comportamento de tolerância com todos.

O deputado dispõe de 5 minutos para formular a questão de ordem, mas, aqui, ninguém faz isso. Normalmente saem do assunto, fogem do Regimento, é o que todos fazem. Infelizmente, o presidente vai ter que ser ditador e mandar cortar o microfone. Isso não ficaria bem.

Vamos tentar terminar em paz esta sessão. V.Ex^a formula sua questão de ordem, e peço ao deputado Elmar um pouquinho de paciência em prol desta sessão. Depois, o deputado Elmar falará no seu tempo necessário.

Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer-lhe pela tolerância.

E quero dizer-lhe, deputado Elmar, que concordo com V.Ex^a. Por diversas

vezes uma série de situações, debates que deveriam ir para a tribuna, estão acontecendo aqui fora. E eu quero, de fato, formular uma questão de ordem sob pena de ficarmos sem sistematizar o debate, o desregramento total, independente de quem fala.

Eu tenho alguns elementos para contribuir com este debate de maneira propositiva e de maneira concreta. Mas não queria tirar a possibilidade de quem sobe, durante o tempo do Pequeno Expediente, e só tem 5 minutos para falar. Então essa duplicidade de fala e essas manobras repercutem negativamente e tiram a oportunidade daqueles que se inscreveram em tempo.

Então, Sr. Presidente, eu sugiro haver mais tolerância dessa forma sob pena de não termos a possibilidade de aprofundarmos os debates no Pequeno Expediente.

Era este o sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Elmar, V.Ex^a tem a palavra.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Meu caro presidente, quero agradecer a V.Ex^a pela tolerância.

O caro Líder do Governo fez conosco acordo para prorrogar o tempo do Pequeno Expediente. E eu concordo com V.Ex^a, deputado Joseildo, pois nós temos de limitar uma vez que é inadmissível que os deputados se inscrevam aqui e fiquem com questões de ordem impedindo o andamento da sessão.

Eu e o deputado Zé Neto, Líder do governo, sempre, estivemos aqui em campos opostos, mas sempre com muito respeito e admiração recíproca. E vi que V.Ex^a ficou constrangido em vir a esta tribuna trazendo coisas paroquiais e provincianas de Feira de Santana ao tentar misturar alhos com bugalhos.

Uma coisa que V.Ex^a tem todo o direito, não só enquanto político, mas enquanto cidadão, é questionar qualquer tipo de dispensa ou de inexigibilidade de licitação por mais que ela pareça correta. Assim, também, nós questionamos, aqui, as licitações feitas pelo governo do estado como questionamos a dispensa de licitação para projeto do Executivo da ponte Salvador-Itaparica no valor de 43 milhões que, sequer, será realizada, porque o estado não tem capacidade financeira de fazê-la.

Mas o que nós queremos constatar, aqui, é a dispensa de licitação para execução de obra física.

E, aí, meu caro deputado Carlos Brasileiro, que teve a oportunidade e o privilégio de, por duas vezes, ser o prefeito de sua cidade natal, e, caro deputado Joseildo, que também teve o mesmo privilégio, sei que V.Ex^{as}, porque foram gestores probos, reconhecidos, eleitos e reeleitos em seus respectivos municípios, têm dificuldades de vir aqui fazer qualquer tipo de defesa nesse sentido.

Confesso, meu caro Líder Zé Neto, que esperava que V.Ex^a viesse aqui anunciar a demissão do secretário pelo Sr. Governador.

Vejam a série seguida de problemas: uma obra que foi licitada no valor de 42 milhões, que não se convoca o segundo colocado; depois, é feita novamente por dispensa de licitação, ao invés de renovar a licitação, sem haver qualquer previsão legal para isso, se eu não me engano, sob a desculpa de que 4 milhões e tanto são para construir uma central de ar-condicionado que também teria de estar submetida a

processo de licitação, porque aí não é obra! Ar-condicionado não é obra, mas equipamento! Isso teria de estar submetido, também, a processo de licitação de compra de equipamento!

Depois, há uma taxa de aceleração de obra? Eu já ouvi dizer que quando você acelera, diminui os custos, nunca amplia, mas diminui. Mas fosse o que fosse, ainda que tivesse que ampliar, teria de ser precedida de licitação. Não há esta modalidade! É por isso que cheira mal!

E, aí, perdoem-me, Srs. Deputados, pois esperava o mesmo tipo de atitude do governador com relação ao que aconteceu na Polícia Militar que foi correto: roubou, mandou prender. Agora, só que, na Polícia Miliar, não havia a proteção de partido político, portanto, não tinha consequência política e não envolvia deputado.

E, aí, nós tivemos dois pesos e duas medidas!

Veja, meu caro Líder Zé Neto, agora, querem comparar o caso da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação com o caso da Polícia Militar? O caso da Polícia Militar é de Juizado de Pequenas Causas, o roubo é pequeno! Esse aqui é assalto flagrante! E, repito: se foi – estamos investigando – recursos do Pronasci, vai trazer a Polícia Federal para dentro do governo!

V.Ex^a diz que esse governo é transparente. Ele não é transparente, não, deputado Zé Neto, ele é invisível. Não existe, ninguém vê. A não ser querer “pongar” nas obras do governo federal, não há um único centavo de investimento aplicado da Fonte 00 do governo. O investimento é recurso do governo federal das poucas coisas que foram realizadas. Agora, não fica bem para V.Ex^a, um deputado de qualidade, homem honrado, que não tem uma mácula na sua reputação, querer defender esse assalto promovido na Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Até agora, quero crer... leve ao conhecimento do governador... Tenho que reconhecer que até o momento nós não vimos a esta tribuna em, nenhum instante, para dizer que o governador é conivente com coisa errada. Ou V.Ex^a não está levando ao conhecimento do governador ou vamos ter, infelizmente, que voltar aqui, deputado Gaban, segunda-feira, para dizer que, por omissão o governador está sendo conivente, como gosta de dizer a presidente Dilma, com malfeito. Porque os cofres públicos foram assaltados. O secretário de Ciência e Tecnologia promoveu um assalto aos cofres públicos. Há um desvio patente... E tem que olhar a planilha toda, porque a primeira, de R\$ 42 milhões, já nos traz desconfiança também. Mas trouxe um assalto aos cofres públicos, e não resta outra atitude ao governador, porque o caso é muito feio, senão afastar imediatamente o secretário da Ciência e Tecnologia, que, infelizmente, deputado Gaban, é nosso colega aqui na Assembleia Legislativa. Eu não sei como ele vai ter coragem de transitar aqui. Vamos ter que investigar a fundo porque a sociedade está aí para nos cobrar!

Estão querendo abrir voto. Abrir voto para quê, deputado Joseildo Ramos? Abrir voto para quê, para cassação de deputado?! Se não tivermos coragem de instaurar um procedimento e investigar corrupção e coisa errada... Porque caso mais absurdo de corrupção no governo do Estado... Esqueça a Ebal, esqueça essas outras coisas todas que sempre se falou aqui. Eu não estou falando de valor. Estou falando

de um caso escancarado de corrupção documental, não precisa nem de prova testemunhal. É documental. Inventar uma modalidade de dispensa de licitação que não existe! Dispensar licitação para construção de obra civil!

Portanto, vamos continuar a aguardar qual vai ser a manifestação do Sr. Governador e preparar, não nos resta outra coisa, as competentes representações para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e para a Polícia Federal, se estiver sendo utilizado recurso do Pronasci.

Agradeço a V.Ex^a a paciência. Agradeço a gentileza, deputado Joseildo, de V.Ex^a ter concluído rapidamente. Teremos todo prazer em ouvi-lo e aguardar também as manifestações. Aliás, estamos a tarde toda aqui para isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro deputado Adolfo Viana, minha questão de ordem, antes de concluí-la sobre a verificação de quórum...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Adolfo Menezes, não Viana. Com muita honra seria Viana, também meu colega, mas sou Adolfo Menezes.

O Sr. Carlos Geilson:- Sim, Adolfo Menezes. Queria dizer o seguinte: o deputado Zé Neto trouxe a essa tribuna uma defesa esdrúxula. Envergonhado, tentou justificar o injustificável em relação a esse escândalo na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. E, de forma irresponsável, ele tenta jogar o prefeito Zé Ronaldo na vala em que está o secretário da Ciência e Tecnologia. Ele alega que um processo de dispensa de licitação para um estudo do Centro de Logística e do Centro Administrativo de Feira de Santana no valor de R\$ 6 milhões... Justamente Zé Ronaldo, prefeito que teve, em oito anos de mandato, todas as suas contas aprovadas sem ressalvas, deputado Zé Neto, sem ressalvas! V.Ex^a, deputado Zé Neto, subiu, envergonhado, a tribuna para defender o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e, ao mesmo tempo, esqueceu-se de que o próprio governo do estado fez uma dispensa de licitação no valor 43 milhões para o estudo da ponte Salvador-Itaparica, aliás, uma ponte que não será construída e não irá a lugar nenhum, porque o estado da Bahia não tem condições de construir tal ponte no valor de R\$ 7 bilhões.

Então, foque a sua defesa, deputado Zé Neto, em elementos e em dados que V.Ex^a, porventura, tenha para fazer o debate com a Bancada de Oposição.

Mas o deputado Zé Neto chama para cá esse tema, qual seja, uma situação de Feira de Santana e quer jogar, no mesmo lugar, um governo que está, em seu primeiro ano, porque, nos oito anos de mandato, todas as contas foram aprovadas sem ressalvas?

Então, o deputado Zé Neto, de forma irresponsável, aborda uma dispensa de licitação de 6 milhões quando o estado faz uma dispensa de licitação para o estudo de uma construção de uma coisa, que não vai existir, no valor de R\$ 43 milhões?

É aquela velha história que minha vó costumava dizer que “macaco não olha para o rabo”, porque, se olhasse, o deputado Zé Neto não subiria a tribuna para falar bobagens e asneiras quando deveria centrar fogo na defesa do secretário Paulo Câmara.

E quero dizer o seguinte: nós, deputados da Oposição, não somos iguais a esses integrantes do governo do estado que, de forma irresponsável, estão gerindo os recursos públicos.

Concluo a minha questão de ordem pedindo uma verificação do quórum.

Vou ceder para o deputado tentar justificar.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Bem, em primeiro lugar, V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, está acostumado a não ouvir críticas. E, agora, V.Ex^a chama-me de irresponsável porque fiz a crítica. Esta é uma situação que V.Ex^a tem de repensar. V.Ex^a é Oposição, aqui, na Assembleia; e é governo, lá, em Feira. Logo, V.Ex^a deve ter a mesma conduta que tenho com V.Ex^a. Não sou irresponsável não! Pedi a V.Ex^a usar o mesmo teor da sua indignação. Portanto, V.Ex^a tem a obrigação de vir aqui e dizer se essa empresa contratada é especializada, que não tem outra.

Vejam, para fazer o estudo de um centro de convenções, de um centro de logística, me perdoem, não existem condições nenhuma. Isso não é misturar alhos com bugalhos não, porque tive o cuidado de vir aqui dizer que o deputado Paulo Câmara me manda uma informação, qual seja, ele trará a documentação e todas as especificações. Isso cabe a ele, porque temos, sim, de nos aprofundar no tema independente de que fosse V.Ex^a ou um cidadão comum.

Hoje, ele já está se movimentando. Vamos, agora, apurar e ver se há ou não condição de dar continuidade a este processo; se está dentro da ilegalidade; o que acha o TCE; o que acha o Ministério Público, etc, para não ficarmos, aqui, acusando antes de ter uma condição de fazê-lo de forma tranquila.

No meu caso de Feira de Santana, V.Ex^a, que tanto reclama aqui de transparência, deveria ir à cidade para saber se, lá, existe alguma transparência, pois não há, em Feira, nem o valor de placa ou de calçamento de ruas. Em Feira, não se sabe quanto custam esses materiais.

Então, não dá para falar! Aliás, isso foi objeto inclusive de matéria de jornais há duas semanas. Não há qualquer instrumento que inove em Feira de Santana do ponto de vista da transparência e da necessidade. Temos de ver a cidade ser trabalhada pelo município com os dados publicados.

Em Feira de Santana, não há e não existem dados publicados.

Lá, o que existe é um coronel antigo que faz política e é pongador de Lula. V.Ex^{as}. falam, aqui, que o governo Wagner ponga em Dilma. Isso é mentira! Sabem

por que não ponga? Porque nós somos a mesma coisa! Nós estamos construindo o Brasil! Nós somos o projeto que mudou a vida dos brasileiros! Nós somos o projeto que tivemos o melhor presidente da história deste País! Nós somos o povo brasileiro! Nós somos os trabalhadores brasileiros! Nós não precisamos pongo em nós mesmos!

Ponga, sim, quem está em Feira de dizendo que Bolsa Família é do município. Ponga, sim, quem não tem coragem de dizer frente à frente ao povo o que diz nos corredores, quando dizem permanentemente que Bolsa Família é esmola. Ponga, sim, quem faz a propaganda da Caixa Econômica dizendo que o Minha Casa Minha Vida é um programa que a Caixa Econômica conveniu com o Município de Feira, sem sequer se dar ao respeito de em suas propagandas dizer que é um programa federal do governo Dilma Rousseff. Não citam nas propagandas. Pongadores somos nós?

Fizeram lá agora uma situação absurda. Em maio nosso deputado Fernando Torres estava lá com uma emenda de cinco milhões, eu fui ao governador e consegui quatro milhões, somamos nove milhões. Fizemos licitação, abrimos o processo licitatório e fizemos lá em Feira um processo licitatório de um projeto executivo. Eu, inclusive, vou à Caixa Econômica querer saber, e a Caixa vai ter que me responder *ipsis litteris* qual foi o projeto executivo que gerou o processo que está lá em definitivo de licitação para que o deputado Fernando Torres fosse excluído do processo de construção de uma avenida em Feira. Feira de Santana perdeu nove milhões porque o senador João Durval, praticamente cinco meses depois da emenda de Fernando Torres estar depositada, arranhou cinco milhões. Ficaram cinco meses segurando para que a cidade não recebesse os recursos do governo do Estado.

Vou dar outro exemplo agora. Hoje pela manhã estive com Bobô e, através do senador Walter Pinheiro, consegui duas quadras. Resultado: falamos com o senador, encaminhamos para o prefeito em maio. Sabe qual foi a resposta? Não mandou um documento, não mandou um posicionamento. Reiteramos o pedido. A Sudesb o fez por e-mail, e sabem o que aconteceu? Ele simplesmente abandonou o pleito. Ele abandonou o pleito porque, nesses casos, nós aparecemos na fita. Foi assim que ele fez com 99 casas construídas abaixo da Pé Descalço, que hoje tem um apelido lá para as casa, acabou não tendo um nome, ficou lá o conjunto. Até hoje tem 270 mil reais depositados na Caixa, sem prestação final, e está lá, as pessoas ocuparam, formaram uma comunidade, já está consolidado. E o dinheiro ficou na Caixa perdido. Para não dar atenção ao recurso que vem do governo federal, com a marca de algum parlamentar.

Agora, quando a marca é do governo federal... Eles, nessa semana, entregaram caçambas. V. Ex^a foi lá entregar caçambas. Engraçado, se não me engano, tinha 9 ou 10 caçambas, e tinha uma do governo federal. Eu não vi em nenhum site dizer ou agradecer à presidenta Dilma por ter mandado uma caçamba para Feira de Santana. Quer dizer, recebeu quantas máquinas do governo federal? Quantos equipamentos? E não tem a ombridade, o respeito. Quem ponga são vocês lá em Feira de Santana!

Aliás, aqui em Salvador eu não posso reclamar, porque o prefeito, me parece, reciclou a cabeça, tem trabalhado juntamente com os governos estadual e federal, respeitando o povo, como nós fazemos. Quem inaugurou neste país a cumplicidade

com o povo do ponto de vista administrativo fomos nós. Quando começamos a estabelecer os programas públicos em nosso Estado, digo o Brasil, fomos tranquilamente ver as estatísticas em cada município. Foi assim que encaminhamos o Bolsa Família, não olhamos, deputado Fátima Nunes, qual era a cor do prefeito, a cor do vereador, a cor do governador. Olhamos qual era a necessidade do povo. Vosso mandato, que é um mandato combativo, vi no jornal, V. Ex^a fez ataques frontais ao governo. Digo a V. Ex^a que fui Oposição desses sempre combativo, tive um papel importante como Oposição, agora, quando estava na Oposição construí caminhos e veredas para o povo que nos acompanhava nos movimentos sociais encontrarem seus destinos e oportunidades de forma mais tranquila.

Eu, quando era Oposição, ia para o movimento social lá disputar palmo a palmo para saber o que fazer para melhorar a vida das pessoas na habitação. Foi assim também no transporte alternativo. Foi assim com os camelôs, com os sindicatos, com as associações. Procedo assim até hoje, mesmo como governo.

Então, tenha o cuidado de usar as medidas, sabendo que ser Oposição não é ser só a crítica. V.Ex^a disse que eu era inconsequente, irresponsável, porque lhe chamei a atenção. Ora, V.Ex^a tem a obrigação de fazer o que eu estou a fazer. Eu trouxe uma resposta, mas afirmei que, para mim, é preciso mais, ou seja, vou querer que o secretário me passe mais elementos.

E tenha certeza de que V.Ex^a terá de nós a responsabilidade de chegar aqui e, se tiver que voltar atrás, voltar. Mas aí não será prejuízo para o povo. Se houver de encontrar uma situação irregular para anunciarmos... Aliás, como fizemos no ano passado, quando a Oposição fez a denúncia, soubemos pela Oposição. E o que fizemos na questão do Vida Melhor? Vimos que era realmente uma situação que precisava ser vista. A Oposição, inclusive, serve para isso, já que nem sempre nós todos estamos ligados em tudo o que acontece no governo. A nossa atitude foi a de rever o processo, de refazer o processo, porque havia questões que precisavam ser mais bem esclarecidas.

Nós não temos nenhum problema com isso. Aqui não se trata de orgulho ou coisa desse nível. Trata-se de coerência, de capacidade, de entender o nosso papel na vida pública, o nosso papel como cidadãos, o nosso papel como políticos, o nosso papel histórico na construção de um Brasil mais transparente. Ora, há confusões? Deve ter alguma ocorrência irregular aqui e acolá? Deve haver e há, não tem como não ter, porque estamos mexendo com seres humanos.

Ouvi o papa Francisco, hoje, um dos mais importantes líderes deste mundo, dizer que “cada dia o pastor tem que ter o cheiro de ovelha”. Ele está dizendo isso para nos misturarmos com o nosso povo e saber que devemos também ao povo cada dia mais satisfação. Foi assim que ele se posicionou no Vaticano. Vários padres até já foram afastados, mas isso não degrada em nada o Vaticano, ao contrário, isso o fortalece.

Quando recebemos denúncias da polícia, fomos investigar. Alguns foram afastados, isso não tirou nada de nós, ao contrário, avançamos do ponto de vista da estratificação das nossas funções, da melhoria na qualidade do nosso comportamento

com relação à coisa pública. Então, não há dificuldade em relação a isso.

Portanto, nessa questão, V.Ex^a deve sim... Feira de Santana é uma cidade pobre, que não pode pagar R\$ 6 milhões para se fazer um projeto de concepção de um centro administrativo e de logística. Aliás, diga-se de passagem, antes mesmo dessa publicação, eu fiz um artigo – que remeti por *e-mails* a todos, inclusive a V.Ex^a – que foi publicado em alguns jornais em Feira de Santana tratando dessa questão do centro da cidade e dos ambulantes.

E disse também que nós estávamos cedendo ao município – que eu iria lutar por aquela área – 32 mil metros quadrados na frente da BR-116, próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, próximo à ponte do Rio Jacuípe. Afirmar que poderíamos pensar conjuntamente numa saída para construir um centro de distribuição de atacado, um centro de abastecimento, uma Ceasa que pudesse compor uma PPP. Sabemos que hoje não é mais tempo de os governos estadual e municipal assumirem esses gastos sozinhos. O municipal, então, mais fragilizado economicamente, não tem capacidade financeira de fazer frente a tal gasto isoladamente.

Não deram resposta. Não vão dar resposta, porque lá o que conta é a perseguição. V.Ex^a disse ontem aqui que era perseguido pelo governo do Estado. Fiquei triste, porque sei que V.Ex^a sempre teve de nós o respeito. E eu mesmo, se tivesse alguma situação de afronta a V.Ex^{as}, todos os senhores sabem que eu seria o primeiro a ir para frente do governo e dizer que não fizesse daquela forma.

Portanto, digo-lhe, com tranquilidade, que em nenhum momento V.Ex^a teve de nós qualquer perseguição. Ao contrário, V.Ex^a e outro programa da cidade, que era o de maior audiência, recebiam o mesmo valor, e os demais programas reclamavam por que é que tal valor, que era publicado inclusive em algumas publicações do governo, se sabia qual era o gasto nosso dentro de Feira de Santana com relação à Imprensa. E V.Ex^a sabe que recebia porque tinha audiência, V.Ex^a não era qualquer um, tinha audiência e recebia, o seu e um outro programa de maior audiência eram os dois de maior audiência, inclusive eram ali um e outro, nós fazíamos pesquisa, víamos isso, acabamos de fazer pesquisa lá agora, sabemos quem está e quem não está, não vou aqui entrar no mérito.

Quero dizer que naquele período, todo o tempo V.Ex^a recebeu. E outra, quando lhe aconteceu sair da rádio, não havia nem eleição próxima, saiu porque saiu, não tinha outra coisa, se alguém disse ou não disse, cada um diz o que quer.

Aqui nesta Casa, V.Ex^a não vai ver outra atitude minha, senão a de respeito. Não lhe direi, como V.Ex^a disse agora há pouco, que eu era irresponsável, que eu era isso, que eu era aquilo, porque o que fiz não foi denúncia, mas um pedido de esclarecimento. É preciso que V.Ex^a esclareça. Nossa cidade é pobre, chega de perder dinheiro.

Perdemos hoje, vou levar a V.Ex^a 240 mil reais, duas quadras, uma quadra e uma recuperação de um campo no Feira IX. Não fez porque o Feira IX é um lugar que eu tenho uma presença importante, porque fui advogado por anos a fio, mais de vinte anos lutando por aquela comunidade que hoje, praticamente, tem 75% das casas já quitadas. E aí não queriam que aparecesse a minha marca, por mais que eles

tivessem também a contrapartida.

V.Ex^a há de convir, a nossa cidade não merece isso, não merece liberar 9 milhões de reais para que nós não possamos construir uma avenida, porque a avenida vai ser construída com a emenda de Zé Neto e de Fernando Torres, emenda de Zé Neto não, emenda do governo do Estado, porque eu não tenho emenda.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito. Essas são situações que precisam ser colocadas. Lá em Feira, não pense V.Ex^a que daqui para a frente vai ser como no passado. No passado é muito claro que o crescimento do DEM, em Feira de Santana, se deu em virtude da ponga, pongadores são os do DEM que iam para os distritos e diziam lá...é assim, quem construía o Luz para Todos, nós construímos o Luz para Todos, o Luz para Todos é federal, deputado Zé Raimundo. Eles iam para o distrito sabe como? O prefeito Zé Ronaldo vai aqui inaugurar o Luz para Todos. E eu chego ao distrito o pessoal dizendo: oh, prefeito bom, trouxe o Luz para Todos para nós, mas eles não diziam que o Luz para Todos era de Lula.

Iam lá, distribuía o Bolsa Família, só que o povo já está abrindo os olhos. Nós tivemos uma eleição em que as oligarquias da cidade, Sr. João Durval e companhia, se reuniram todos contra nós. Eu fui lá, marquei minha presença, não precisei outra coisa, senão estar trabalhando rente, e ninguém se engane comigo, porque eu não tenho mais candidatura a prefeito, mas com qualquer outro que vier a história vai ser outra, porque a cidade está cansada dessa oligarquia que pensa que é dona do poder e dona da cidade. Vou buscar como investir os recursos que nós conseguimos, da ordem de 9 milhões de reais, em outra obra em Feira. Eu quero ver se ele vai dificultar.

Aliás, eu estou chamando o deputado Fernando Torres, a quem eu agradeço aqui, publicamente, a sua boa vontade com Feira de Santana, o seu carinho pela cidade, que vamos buscar investir em alguma área que ele não tenha como evitar que o recurso chegue, uma cidade que nós já colocamos 315 milhões de investimentos só em água e saneamento básico, que nós levamos 30 mil casas do Minha Casa Minha Vida, não houve um esforço mínimo do prefeito atual nem do prefeito anterior, a não ser o prefeito anterior quando fez conosco um convênio de coparticipação no meio ambiente. Fizemos lá um trabalho de coparticipação no meio ambiente, e isso proporcionou, evidentemente, que nós estivéssemos andando o mais rápido, e andamos mais rápido com os projetos de meio ambiente.

Isso foi feito e nós trabalhamos dessa forma. Não tivemos que olhar porque o prefeito é do DEM, não, compartilhamento ambiental, vamos lá trabalhar, e fizemos esse compartilhamento, o que viabilizou o andamento mais célere de vários projetos do Minha Casa Minha Vida. E isso o prefeito anterior pode se orgulhar de ter contribuído para o projeto que levou 30 mil casas para Feira de Santana. Multiplique por quatro e veja que são 120. Nossa cidade tem 600 mil habitantes. Desses 600 mil habitantes, 120 estão morando ou vão morar numa casa do Minha Casa Minha Vida. De 0 a 3 e de 3 a 10.

Estamos lá com a Nóide Cerqueira a todo vapor, vamos entregar dentro do

prazo. O prazo era fevereiro, podendo estender até abril. Vamos entregar entre março e abril. Estamos lá hoje, depois de uma luta árdua, um trabalho árduo junto à Caixa Econômica que, aliás, ainda ontem vinha conversando com o governo que precisamos buscar mais sintonia com a Caixa Econômica. Porque às vezes, deputado Reinaldo Braga, V.Ex^a que já foi gestor sabe que há complicações administrativas do ponto de vista muito mais formal do que propriamente essa ou aquela irregularidade. E nós atrasamos, sim, quase 6 meses discutindo duas tabelas.

O deputado Gaban sabe que há a tabela do Sinapi, enquanto no Rio, em São Paulo há outras tabelas, é um choque de visões de engenharia. Isso tem complicado. Inclusive, ontem, eu cheguei a conversar com o secretário Rui Costa sobre essa necessidade de alinhar de forma mais preliminar, mais cautelar essas questões relacionadas ao plano de engenharia.

Nós, hoje, estamos com 40 milhões sendo investidos no Lagoa Grande, o maior projeto de saneamento e recuperação de lagoas da nossa cidade. São 40 milhões agora. Porque já entregamos 626 casas. Vamos entregar 690 até o mês de fevereiro, retirando as famílias daquela localidade e levando-as para um conjunto seguro, com posto de saúde, escola, creche, área de lazer e por aí vai. É uma ótima estrutura, tirando as famílias dessa forma degradada em que se vivia ao redor da lagoa. Hoje estamos tocando essa obra e acredito que em maio entregaremos essa etapa.

Sem contar que nós também, em Feira de Santana, estamos construindo o acesso de Humildes. Aliás, o deputado Carlos Geilson muito tranquilamente faz a crítica dele e disse: “Deputado Zé Neto, vão colocar paralelepípedo em Humildes?” Eu disse a ele: “Vamos fazer uma reunião. Vamos ouvir os técnicos.” Fizemos a licitação, convocamos a comunidade, eu tive o cuidado de convidar V.Ex^a um dia antes em seu programa. V.Ex^a não apareceu, tem uma vida atribulada. Acho que tinha aqui no dia seguinte audiência nas comissões e nós ouvimos a comunidade. Estamos colocando ali no piso os bloquetes de concreto. E os Srs. Deputados que conhecem engenharia sabem que hoje está sendo utilizado esse piso nos melhores aeroportos do mundo e do país, é super moderno, inclusive dá uma durabilidade maior e uma facilidade de manutenção. E estamos lá construindo o acesso de Humildes.

Estamos construindo em Feira de Santana 42 km de fornecimento de água. Só para duas comunidades que anteriormente não sabiam nem o que era água limpa. Nem sonhavam, nem imaginavam que iriam ter água. São 42 km do distrito de Ipuacu ao distrito de Jaguará. É a construção de todo um sistema novo, sistema de abastecimento, sistema que dá condição de saber que vamos ter água o suficiente com a captação do tratamento e o lançamento de todo esse manancial importante de água potável pra todas essas famílias.

Sabemos agora também que em Feira de Santana já está dentro do plano de ferrovia nacional. Mas não precisamos pregar no plano, não. O plano é nosso e vai fazer com que Feira tenha quatro ferrovias. Em fevereiro, vamos incendiar esse processo. E a partir de abril haverá processo licitatório para essas ferrovias. É um mundo novo em Feira de Santana. Entregamos o mês passado o prédio físico do segundo complexo com seis delegacias, duas novas. Vamos agora só mobiliar.

Acabou a licitação, depois de colocar os móveis, faremos a entrega, quero crer, o mais tardar em janeiro.

O Centro de Convenções também está com a estrutura metálica toda refeita, nova, moderna, reformada do plano de 1993. Estava um plano defasado das atuais situações de modernização desse tipo de equipamento. Estamos lá entregando em maio, já convocando inclusive a sociedade para juntos construirmos uma PPP e administrar aquela unidade e aquele equipamento público.

Portanto, V.Ex^{as}, aqui eu posso dar o testemunho da minha cidade, como posso dar de Conquista, de Senhor do Bonfim, como posso dar de toda a Bahia. Acabou aquela política do tempo dos coronéis que achavam que os filhos tinham de estudar em Salvador. Lá no interior, quando nós vínhamos, meu caro Pedro, de Alagoinhas, diziam: “Oh, eu vou lá para a capital, eu vou para a Bahia!” A Bahia agora não é mais só a capital. A Bahia é a Bahia de todos nós. A Bahia em que cada canto deste Estado temos a presença como governo. A Bahia que já tem 7 mil e 500 quilômetros de estradas e vai chegar a 9 mil.

Ouvi esta semana uma crítica do ex-governador Paulo Souto, no mínimo desabastecida de qualquer sanidade, porque não é possível que ele esteja fazendo críticas à falta de estradas. Pelo amor de Deus! Deve haver uma situação pontual aqui, outra lá, mas são 7 mil e 500 quilômetros de estradas pra valer! Não são estradas “sonrisal”! E vamos chegar a 9 mil quilômetros!

Fizemos uma revolução neste Estado. Saímos dum processo absurdo de falta d'água no interior e já demos a 3 milhões e 500 mil baianos água limpa e potável, com o Água para Todos, e vamos continuar avançando. Já são 120 mil unidades habitacionais entregues. Chegaremos a 180 mil na nossa Bahia. Isso é uma revolução.

E sem contar o nosso processo de crescimento na educação. Hoje as universidades estiveram conosco. Fui participar do debate, participei da audiência pública. Nós tivemos até 2014 um aumento da ordem de 290% nos reajustes dos recursos para elas. Saímos de 347 milhões em 2006 e vamos chegando a 2014 com um volume de verbas de 1 bilhão e 21 milhões. São 290% em investimentos nesse importante manancial de saber e tecnologia que são as universidades estaduais.

Portanto, encerro a minha fala dizendo que com relação à questão da Secti vou, sim, buscar todas as informações junto ao secretário Paulo Câmara, que já mandou preliminarmente algumas. E vamos documentá-las para que tenhamos clareza de tudo o que aconteceu. Se está tudo certo, continua. Se há algum erro, caberá ao próprio governo, como foi em todos os momentos, tomar o posicionamento devido.

Então, da nossa parte, agimos sem omissão e sem nenhum constrangimento de enfrentar qualquer debate, porque a transparência neste Estado foi inaugurada por nós e a democracia, tenham certeza, é o nosso marco. Ela é a tábua de convivência na relação política. Tenho certeza de que, no que nos cabe, vamos fazer com que isso sempre seja preservado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, V.Ex^a realmente me surpreendeu na hora em que utilizou o Pequeno Expediente lendo... Ouviu, deputado? Estou falando com o senhor.

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Gaban:- Não estou querendo derrubar, não. Estou querendo o debate na Casa.

O que quero dizer, deputado Zé Neto, é que V.Ex^a me surpreendeu porque, quando usou o Pequeno Expediente, leu em menos de 2 minutos apenas tópicos do que o secretário Paulo Câmara apresentou. Questionei dizendo que o senhor deveria usar o Grande Expediente para debatermos este assunto.

Eu poderia, por exemplo, falar que no contrato com dispensa de licitação da Ponte Salvador-Itaparica, que foi assinado em janeiro, o governo já desembolsou 17 milhões, presidente Paulo Azi, até agora. Mas ninguém mais fala nela. Dezesete milhões dos 40 e tantos com dispensa de licitação já foram consumidos, e o governo esqueceu a Ponte Salvador-Itaparica.

Só que o tema aqui, Deputado-Líder do governo, é esta outra dispensa de licitação de R\$ 53,5 milhões. V.Ex^a vai, desvia o assunto para falar sobre Feira de Santana, cidade de um prefeito que foi eleito, reeleito, fez o seu sucessor e ganhou novamente agora. Depois de 4 anos, voltou à prefeitura com mais de 70% de aceitação e teve todas as contas aprovadas. Foi a maior aclamação, a maior votação que já ocorreu na história daquele município. Esse assunto deveria ser tratado na Câmara de Salvador, porque se todos que têm reduto no interior forem tratar os assuntos da sua cidade, como foi tratado aqui, não se debate os assuntos do governo.

O Líder do governo foge mais uma vez do debate. Estou falando, foi embora. Durante os seus 25 minutos, pedi umas 4 ou 5 vezes o aparte e não me deu, e agora vai embora. Quero saber o que houve com esses 53 milhões e meio? O governo vai estudar. Vai estudar o quê? Por que ele não defende aqui essas justificativas? Ficou envergonhado, deputado Paulo Azi, de debater aqui a justificativa feita por Paulo Câmara. Não se justifica o injustificável. Não existe aceleração. Não existe nada que se justifique anular um contrato com uma empresa tradicional da Bahia como a Civil Construtora. Vamos saber as razões que levaram a isso. Uma empresa tradicional no mercado imobiliário aqui da Bahia para colocar uma tal de Damiani, que nem sei quem é. Também não me interessa saber quem é. Mas cancelar um contrato e depois fazer um outro com uma diferença inicial de 13 milhões e meio, aproximadamente. Porque só a diferença de contrato foi de 42 para 53 e meio, fora o que o Estado vai ter que pagar. Porque não tem transparência, não está ainda no *Transparência Bahia* o que pagou para a Civil. Não está, também, no gerencial do Fiplan. Não temos acesso quanto pagou, porque o governo da Bahia não tem transparência. É balela essa conversa de transparência, de que hoje faz tudo. Faz nada!

Gostaria de viver na propaganda que o governo faz! E o Ministério Público agora quer impedir que faça propaganda no ano que vem retendo 30% para que ele

possa pagar a saúde, para que os baianos tenham uma saúde melhor. Gostaria de viver na propaganda de Jaques Wagner. Ficaria satisfeito, ficaria honrado. Mas, infelizmente, temos que, diuturnamente, mostrar que as coisas não acontecem. Temos que mostrar diariamente que com esse Refis – que foi sugestão nossa – desde a época que era Carlos Martins, que acabou com as finanças da Bahia, mas só havia pago porque foi tesoureiro da campanha de Jaques Wagner, aí teve que dar premiação a ele. Agora entra o Manoel Vitorino e faz um Refis de 870 milhões. Por quê? Porque prestigiou os auditores fiscais e o resultado aparece quando se tem gestão na administração pública.

Mas lamentamos que 70% dos 870 milhões tenham sido gastos com o aumento de custeio de 2012 para 2013. Então, não adiantou nada esse esforço, porque o governo tem quase dois bilhões de débito e, dos 870 milhões que poderia utilizar, 70% foram gastos em custeio. Um desrespeito à população. Não temos saúde, não temos educação, não temos segurança pública, e gasta dinheiro em custeio só para acomodar a classe política. O governador esqueceu da população e está prestigiando a classe política.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban: - Concluo, sim, Sr. Presidente.

Foi uma decepção os 25 minutos que o Líder do governo utilizou, ele deveria, sim, debater se tivesse coragem e dados necessários para esclarecer as informações que o secretário Paulo Câmara deu. Mas foge do debate querendo falar de Feira. Estou aqui para falar da Bahia. Quando quiser discutir sobre Feira, vamos lá na Câmara Municipal, vamos lá para Senhor do Bonfim, para tratar de Senhor do Bonfim e de todos os outros municípios. Aqui não, temos que tratar os assuntos da Bahia, porque fomos eleitos para isso. E não podemos fugir de um debate quando há indícios fortíssimos de corrupção. Isso tem que ser apurado, tem que ser debatido aqui sim.

Ou então se faz uma CPI no governo. Duvido que tenha coragem. Desafio que seja assinada uma CPI para trazer aqui o secretário para investigarmos com profundidade esse assunto. Ele merece atenção, sim, porque desvio de dinheiro não pode ser tolerado.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem, deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Queria lembrar ao deputado Gaban, que trouxe essa denúncia, de que ainda não podemos acusar ninguém de corrupção, porque não foi pago nada sobre esse edital. Então, primeiro é preciso esclarecer a forma como foi feito. Aí sim, se tiver algum equívoco, acredito que o governo deva arquivar ou anular. Mas corrupção não podemos atestar ainda, porque não houve pagamento, pelo menos desse processo mais novo.

Sr. Presidente, com todo respeito aos poucos deputados que estão neste Plenário, gostaria de que V.Ex^a fizesse a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Carlos Brasileiro, gostaria de fazer uma ponderação a V.Ex^a. Antes de o deputado Zé Neto usar a palavra, seria feito um pedido de verificação de quórum, que foi retirado para que o deputado Zé Neto pudesse utilizar o tempo.

O deputado Carlos Geilson está à beira da tribuna para utilizar o tempo do partido dele. Faço um apelo a V.Ex^a: que permita a fala do deputado Carlos Geilson. Posteriormente, V.Ex^a faria a solicitação de verificação de quórum.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, só para esclarecer. A questão do deputado Zé Neto ter adentrado no tempo é por que houve um acordo com o nosso Líder, Elmar Nascimento, para que os dois falassem depois do Pequeno Expediente. Por isso houve a extensão.

O Sr. Gaban:- Ele usou o Grande Expediente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Mas o Grande Expediente era nosso, era direito nosso. E o próximo, agora, também é nosso.

Eu poderia fazer um acordo desde que o deputado Carlos Geilson usasse 5 minutos do tempo regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Carlos Brasileiro, o próximo tempo é de V.Ex^a. Gostaria de usá-lo?

O Sr. Carlos Brasileiro:- Então, vamos prosseguir a sessão. Para que o deputado possa falar no tempo do Bloco PSDB/PTN/PRB, usaremos o tempo do Bloco PSL/PP.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Ex^a, deputado Carlos Brasileiro, que deseja usar o tempo do PP, indica quem?

O Sr. Carlos Brasileiro:- O deputado Zé Raimundo usará 6 minutos; e a deputada Fátima Nunes falará por 5 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Carlos Geilson, vamos adiantar a sessão. V.Ex^a terá tempo para falar.

Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- É rapidinho. Só quero dizer que retirei a questão de ordem para o deputado Zé Neto usar o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O deputado Carlos Brasileiro já fez isso, deputado Carlos Geilson. Ele tomou a mesma atitude.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra, por 6 minutos o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de, nesta tarde, deixar registrada a minha congratulação com o Município de Encruzilhada, abraçando o nosso prefeito, Dr. Alcides, pelo aniversário de 61 anos do município amanhã.

Da mesma forma, abraço a prefeita Josefina, de Coaraci, amiga e colega da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que cumpre o segundo mandato naquela cidade de progresso e desenvolvimento.

Gostaria também, Sr. Presidente, de fazer algumas observações sobre esse

debate. Vivemos um momento do quadro político brasileiro em que a imprensa, a mídia, a opinião pública, os grupos sociais diversos e, por que não dizer, a grande maioria da sociedade diminui sua crença na vida política e nas representações políticas.

De todas as instituições ranqueadas, o chamado mundo da política está lá embaixo, mesmo com os extraordinários avanços do governo do ex-presidente Lula, mesmo com o grande apoio que Lula tem – ganharia no 1º turno disparado, com algo em torno de 60% dos votos –, mesmo com a presidenta Dilma Rousseff também ganhando no 1º turno, com algo em torno de 50%, mesmo tendo lideranças importantes na oposição, a vida política está, cada dia mais, tornando-se uma atividade de alto risco.

Muito em parte pela forma como o próprio mundo da política se porta, a começar pelos partidos, seja passando pelos processos eleitorais, seja no cotidiano e no exercício dos nossos mandatos.

É impressionante o número de prefeitos que estão sendo questionados na Justiça Eleitoral porque os próprios pares, ou seja, os agentes políticos de seus municípios, não legitimam o processo democrático. É processo para tudo quanto é lado. Depois vêm os tribunais de contas – o TCM, o TCE, o TCU –, parece que não existe mais Estado. Cada instituição é o Estado em si. Precisaríamos de um novo Leviatã para redescobrir o Estado. Leviatã, a obra de Hobbes, semanticamente é uma linguagem figurada de que o Estado seria uma espécie de animal que protegeria a sociedade, guardaria a sociedade dos riscos e dos ataques dos grandes desafios que a humanidade conheceu.

É a ideia de um contrato social em que os homens cederiam parte da sua liberdade para que o Estado forte, o Estado controlado por um poder central, organizasse a vida de todos nós, a vida em comum, e fossem gradativamente diminuindo o sofrimento e as condições da natureza.

A grande missão da política é organizar a vida da sociedade, encaminhar os debates e encontrar soluções. Mas, infelizmente, o próprio âmago, a essência da política, que, de certa forma, são as representações, são os partidos, são os parlamentares, nós contribuímos também, somamos também negativamente, com essa descrença que aí está.

É o TCM, é o TCU, é a CGU, toda hora, parece que o mundo virou um mar de lama, corrupção para todos os lados. Às vezes, quando sai uma dúvida... Ora, aprendemos historicamente e pela lógica que um estado de dúvida é a incerteza. A dúvida é o estado de espírito em que não podemos negar ou afirmar nada sobre o que está diante de nós, porque é a dúvida.

Mas aqui vimos vários colegas deputados... Tudo bem, levante-se a dúvida. Mas derivar e dizer que está havendo corrupção na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o fato de se ter mudado uma licitação significa má-fé, uma conduta deliberada, é outra coisa. Constatar que há algumas dificuldades, alguns problemas, algumas incongruências, tudo bem, faz parte da mente humana perquirir, investigar, mas concluir que há má-fé, uma intencionalidade, é desqualificar a política. Examine-

se e se constate, e aí, sim, uma vez constatado, que se divulgue. Neste momento, há inúmeros prefeitos, inúmeros deputados, inúmeros vereadores que estão sendo acusados, alvo de processos muitas vezes sem provas.

O próprio TCM recusa contas de prefeitos e vereadores absolutamente por nada, por um detalhe, e a imprensa e a mídia divulgam a não-aprovação de uma conta como se fosse algo danoso à moral, ao Erário...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) Por tudo isso, gostaria de concluir dizendo que é necessário se repensar a lógica da crítica que deve ser feita ao mundo da política, ao mundo da sociedade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Fátima Nunes, V.Ex^a dispõe de 5 minutos para o seu pronunciamento.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, inicialmente quero concordar com as palavras do deputado Zé Raimundo, porque realmente tenho dito muitas vezes que a lei deve ser para servir ao homem. Mas a inflexibilidade, a burocracia, a interpretação de cada conselheiro, de cada juiz, de cada advogado e, às vezes, até do técnico que lê, interpreta e escreve os pareceres, muitas vezes antecipa e joga o nome do político, do vereador e do prefeito, como se fosse um grande corrupto.

E não é verdadeiramente dessa forma que as coisas têm que ser analisadas. Porque aqueles e aquelas a que querem atribuir a conduta da prática de desvios, muitas vezes, estão bem distantes dessa burocracia e dessas escritas mal interpretadas e mal pensadas. Então, queria dizer ao deputado Gaban, que já saiu, que tivesse mais calma nas suas colocações, na forma de chamar a atenção do governador ou do secretário sobre algum problema que por acaso tenha lido na mídia, até porque o deputado nesta Casa que hoje exerce o cargo de secretário é uma pessoa de responsabilidade e, de certa forma, de bom trato e de boas relações. Às vezes, a pessoa no seu ímpeto de falar para a imprensa ou de sei lá qual o pensamento que tem, causa danos morais à vida da pessoa, estraga bons relacionamentos e no futuro terá de pedir perdão ou passar por outros constrangimentos. A vida não é bem assim. Quando não temos consciência de causa, não devemos atacar dessa forma.

A segunda coisa que gostaria de colocar nesse pronunciamento de hoje é dizer da minha satisfação pela conclusão do projeto de horticultura no município de Ribeira do Amparo. Projeto que começou já há um bom tempo, que o nosso governador tem se esforçado para vencer a burocracia porque é um projeto cujos recursos tramitaram pela Caixa Econômica, onde as exigências são muito severas. Depois de muitos licenciamentos ambientais, de muitas visitas de campo, de muito trabalho da engenharia, vamos ter em Ribeira do Amparo 60 famílias trabalhando com a horticultura no município bem próximo da cidade, próximo da BR-110, facilitando muito para que as pessoas prosperem trabalhando na agricultura irrigada.

Também aproveito para dizer do empenho do nosso secretário Eduardo Sales, do nosso diretor da EDBA, Dr. Elionaldo, e como boa política e líder daquela região, assim me considero, agradeço e faço novamente de público os nossos pedidos. Esse projeto inclui dois lotes a mais nos municípios de Banzaê e Paripiranga, e eu quero que o governador, o secretário, que o Dr. Elionaldo, que concluíram esta etapa, não esqueçam que em 2014 queremos o restante do projeto concluído, para permitir que o nosso semiárido, que o homem e mulher do campo possam viver, possam trabalhar, possam ter renda para suas famílias e filhos. A nossa juventude precisa muito de muitas ocupações para não ir para as cidades grandes em busca de emprego e, às vezes, por falta de uma qualificação adequada, seguirem por caminhos perigosos que trazem tristezas para as famílias.

Para concluir, quero parabenizar o nosso superintendente da Sudesb, Dr. Raimundo Nonato, popularmente conhecido pelos esportistas como Bobô, pelo empenho como tem se colocado para apoiar as copas no interior. No nosso território, estamos concluindo agora a 5ª edição da Copa do Caju, quando disputaram, na semana passada, os municípios de Heliópolis, Paulo Afonso, Banzaê, Jeremoabo. Ouvi a juventude dizer: “diga ao nosso superintendente que nunca pare de fazer essas copas, porque os jovens sub-17, que hoje jogam nesse campo de areia, nesse campo de terra, querem, quem sabe, no futuro, participar da Copa do Mundo nesses anos que se seguem.

Muito obrigado, Dr. Bobô. Obrigado, presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao líder da Minoria ou líder do bloco parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a dispõe de 11 minutos para fazer vosso pronunciamento.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, deputados Elmar Nascimento, Zé Raimundo, Fátima Nunes, amigos que nos assistem pelo Canal Assembleia, subo a esta tribuna para rebater o que disse o Líder do governo deputado Zé Neto. Falarei com muita calma, porque também ouvi atentamente e com muita educação o seu pronunciamento, embora ele não tenha o mesmo nível de educação para ouvir o contraditório. Ele se retira para não ouvir verdade que, com certeza, ele sabe que dói, porque incomoda, porque determina e tem determinado a sua trajetória política em Feira de Santana.

O deputado Zé Neto tem um problema, um problema crônico, é uma ferida que não cicatriza: todas as vezes que tentou ser prefeito de Feira de Santana, ele foi rechaçado, foi defenestrado nas urnas. A sua última tentativa foi na eleição passada, quando sofreu uma acachapante derrota. José Ronaldo ganhou a eleição, no primeiro turno, com 70% dos votos, a despeito do presidente Lula ter ido a Feira de Santana, ter feito comício, implorando pelo voto ao deputado Zé Neto. Nem o presidente Lula

conseguiu evitar que a derrota fosse acachapante. O deputado Zé Neto não conseguiu se livrar dessa ferida, é uma ferida crônica, e, ao mesmo tempo, não conseguiu sair do palanque. Ele continua montado, permanentemente, nesse palanque.

Ele fala que o prefeito José Ronaldo é um coronel. Você comparar a estatura, a envergadura política do deputado Zé Neto com José Ronaldo é brincadeira. Seria como comparar o pigmeu com um gigante! José Ronaldo foi vereador em Feira de Santana, foi deputado estadual por vários mandatos, foi deputado federal, e é prefeito de Feira de Santana pela terceira vez. Essa sua trajetória política responde e lhe defende das acusações do Líder do governo, deputado Zé Neto.

Quando o deputado Zé Neto diz que o prefeito ponga nas obras da presidente Dilma, ele está incomodado, porque o prefeito José Ronaldo, como gestor da cidade, está obrigado, inclusive, a participar legalmente da construção desses empreendimentos, a exemplo do Minha Casa, Minha Vida. Quando o prefeito José Ronaldo aparece numa inauguração e cita a presidente Dilma Rousseff – essa tem sido a linha mestra do prefeito José Ronaldo –, incomoda o deputado Zé Neto, porque ele fica lá no canto, pequenininho, escondido, e ele se arvora em ser o dono da obra. Ele quer pongar! O carro vai em alta velocidade, ele tenta pongar e não consegue.

Enquanto isso, o prefeito José Ronaldo, que goza de uma grande popularidade, tem gerido, com muita eficiência, a Prefeitura de Feira de Santana e, através da Secretaria de Habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida. A população sabe que esse é um programa do governo federal, e, mesmo assim, o prefeito tem dito isso em todas as inaugurações. Não há uma inauguração de obra do governo federal sequer que o prefeito esteja presente que não cite a parceria do município com o governo federal. E é essa parceria que agonia, que agasta, que incomoda o Líder do governo, o deputado Zé Neto.

Outra questão: ele falou que o prefeito diz que o Bolsa Família é uma esmola. Deputado Zé Neto, o senhor perdeu o senso, perdeu o bom senso. Isso nunca foi dito! Isso foi inventado, mas não colocou, porque a população sabe que não é do prefeito José Ronaldo, nem nunca foi. V.Ex^a tenta jogar essa pecha, que não colocou na campanha, mas não adianta, porque não vai colar! O Bolsa Família tem a participação do município, cadastrando as pessoas, numa gestão séria, digna e honrada. É isso que lhe deixa com cólera! É isso que lhe deixa insatisfeito. Enquanto isso, o prefeito José Ronaldo está olhando o deputado Zé Neto lá de cima, e ele lá embaixo, rastejando feito cobra.

Uma outra situação que ele falou aqui foi sobre a Avenida Ayrton Senna. Bom, estou respondendo, porque ele trouxe de Feira de Santana esse assunto e usou os seus 25 minutos, quando deveria defender o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação. Durante os seus 25 minutos, ele apenas utilizou 20 segundos para falar da situação em que se encontra o secretário. Ele deveria usar os seus 25 minutos quando deveria, sim, defender o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação. Dos 25 minutos usados, ele usou apenas 20 segundos para falar da situação em que se encontra o referido secretário. Ele deveria usar os 25 minutos para defender o secretário.

Mas, tudo bem.

Zé Neto toca no assunto da avenida Ayrton Senna. Em novembro de 2006, deputado Zé Neto, quando o senhor ainda estava viajando nos louros da vitória do governo Wagner, Paulo Souto esteve em Feira de Santana, ainda vivendo os momentos finais da sua administração, e autorizou a licitação para a construção da avenida Ayrton Senna.

O seu governo, assim que assumiu, suspendeu, ou seja, cancelou a licitação. Passaram-se os anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. E, agora, ao final de 2013, o deputado Zé Neto chega lá e quer assumir o controle da obra.

É isso o que está lhe doendo, deputado Zé Neto! V.Ex^a pensou que a obra não seria realizada! E o prefeito José Ronaldo, através de uma emenda do senador João Durval e da contrapartida do município, fará a avenida tão sonhada pelas comunidades dos bairros de Conceição e Mangabeira. Aí, V.Ex^a está reclamando que a emenda do deputado Fernando Torres não foi aproveitada.

V.Ex^a tem de tomar um remédio para a memória! Lembra quando se fez espuma, lá, no Aeroporto João Durval? Estavam presentes o senhor, os deputados representantes de Feira de Santana e Otto Alencar. Nesse dia, o prefeito José Ronaldo avisou que já teria emenda para a obra e que o deputado Fernando Torres aproveitasse o dinheiro e o deslocasse para outra obra em Feira de Santana. V.Ex^a se esqueceu disso? Agora quer jogar nas costas do prefeito que ele está recusando dinheiro? Deputado Zé Neto, procure um médico! Procure alguém que possa lhe aconselhar ou receitar-lhe algum produto ou algum medicamento para reavivar a sua memória que está muito fraca!

Portando a obra será realizada pelo governo do município de Feira de Santana em parceria do governo federal, através da emenda do senador João Durval Carneiro.

Outro ponto que V.Ex^a, deputado Zé Neto, aborda é a questão das caçambas. V.Ex^a diz que o prefeito José Ronaldo recebeu uma caçamba! A prefeitura de Feira de Santana, cidade com 606 mil habitantes, recebeu uma caçamba do governo federal. E Zé Neto queria estar lá, montado e desfilando em cima desse carro com uma bandeirinha gritando que foi o governo federal quem mandou.

O prefeito José Ronaldo citou, sim, que a caçamba foi enviada pela presidente Dilma Rousseff. Está satisfeito, deputado Zé Neto? O prefeito falou. E nós estamos, aqui, referendando. Zé Neto queria desfilar em cima da caçamba! Ele gosta, realmente, de aparecer e quer aparecer em cima da gestão do prefeito José Ronaldo.

Eu ouvi, atentamente, o deputado Zé Neto falar suas abobrinhas. Com todo o respeito, eu o ouvi atentamente.

Há outra questão. Zé Neto disse que o nosso jornal *Mandato Livre* tem, apenas, ataques ao governo! Não! Nós divulgamos os projetos, as nossas ações. Os nossos posicionamentos são claros! Tudo o que se fala, aqui, está gravado e está documentado através das notas taquigráficas. Quem sobe a esta tribuna não tem motivos para estar escondido. Desta tribuna, ao se falar para o povo da Bahia, tudo está sendo documentado ao mesmo tempo.

Então, o jornal, apenas, retrata o nosso pensamento. Agora, se é um pensamento que incomoda e que lhe deixa insatisfeito, aí é uma outra questão. O

deputado Zé Neto fez uma oposição radical e raivosa, aqui nesta Casa, quando era da Oposição. E, hoje, a Oposição desta Casa nem se lembra de como Zé Neto fazia aquela oposição quando ele esbravejava e gritava com uma voz esganiçada o tempo todo a fazer os seus protestos aqui desta tribuna.

Há uma outra situação que quero, aqui, abordar. Zé Neto volta a este tema, qual seja, que o nosso programa recebia verbas do governo. Ele tenta incutir na cabeça das pessoas como se fosse o profissional quem recebesse verbas do governo. Quem recebia as verbas do governo era o programa pela audiência que tinha. Se o governo anunciava no programa que eu apresentava, porque o governo entendia ser importante a divulgação dos seus feitos. Então, deputado Zé Neto, mais uma vez mude o disco. Crie outra situação, porque essa já está manjada. Tenho de voltar novamente à tribuna para dizer que o dono da rádio me chamou dizendo que estava sendo pressionado pelo governo, que estava oferecendo um valor significativo. Tudo isso já foi dito. E o Líder da Maioria contrapõe, diz que isso não acontece no governo. Mas esse governo de republicano não tem nada, deputado Zé Neto! Quem tem marcas no corpo sou eu, as marcas na alma que trago da perseguição!

Quando V.Ex^a traz a situação da Lagoa Grande na campanha política, quando colocou as máquinas e ficou sentado em cima para aparecer no horário eleitoral, depois elas foram recolhidas. Que papel feio, deputado Zé Neto, você fez! É por isso que o povo de Feira não acredita. O senhor é uma pessoa “descredibilizada” na cidade.

O governo interrompeu o Centro de Convenções, e agora fala que será entregue à população feirense. Antes tarde do que nunca! Espero que de fato seja entregue. Falar sobre a água?! Acredito que V.Ex^a não acompanha os programas de rádio de Feira de Santana. O que mais se reclama lá é a falta d'água!

Concluo a minha fala dizendo que é uma pena que o deputado não estava aqui para ouvir. Ele usou 25 minutos, e eu estou usando apenas 11, mas o suficiente para fazer o contraponto de forma educada e dizer que o Líder do governo é muito pequeno - a sua envergadura política também - para criticar o prefeito José Ronaldo e suscitar quaisquer dúvidas em relação à administração criteriosa feita de forma muito digna por ele em Feira de Santana.

Desafio o deputado Zé Neto a apresentar no Brasil um prefeito do Partido dos Trabalhadores que tenha ficado 8 anos no governo e tido todas as suas contas aprovadas sem ressalvas. O desafio está lançado. Quero que traga algum companheiro dele, porque trarei dezenas, centenas de companheiros do PT que tiveram as suas contas aprovadas com ressalvas ou rejeitadas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Presidente, gostaria que fosse feita uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Ex^a será atendido. (Pausa)

Com a presença de 3 deputados e não havendo número legal para continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*